



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE DIREITO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**  
**MESTRADO EM DIREITO PRIVADO**

**LISE NERY MOTA**

**TUTELA ESPECÍFICA DOS DIREITOS DA**  
**PERSONALIDADE**

Salvador  
2010



**LISE NERY MOTA**

**TUTELA ESPECÍFICA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito Privado.

Orientador: Prof. Dr. Fredie Didier Júnior

Salvador  
2010



Sistema de Bibliotecas - UFBA

Mota, Lise Nery.

Tutela específica dos direitos da personalidade I / Lise Nery Mota. -  
2010.  
230 f.

Orientador: Prof. Dr. Fredie Didier de Souza Junior.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito,  
Salvador, 2010.

1. Direitos da Personalidade. 2. Tutela Específica. 3. Técnicas processuais. 4. Tutela  
jurisdicional. 5. Direito Processual Civil. 6. Direito civil. I. Didier Junior, Fredie.  
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Direito. III. Título.

CDD - 347

CDU - 347



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**LISE NERY MOTA**

### **TUTELA ESPECÍFICA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Direito,  
Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca:

---

Orientador: Prof. Dr. Fredie Didier Júnior

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Pós-doutorando na Universidade de Lisboa. Membro dos Institutos Brasileiro e Ibero-americano de Direito Processual; Membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia; Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia ; Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual.

---

1º Examinador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Neves Aguiar da Silva

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora Adjunto I da Universidade Federal da Bahia; Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade Federal da Bahia.

---

2º Examinador: Gisele Santos Fernandes Góes

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora Titular da Universidade Federal do Pará; Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual; Membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual.

Salvador

2010



Ao meu querido e amado tio **Antônio Aécio Nery Santos** (*in memoriam*: 02.03.2010), por tudo que pôde me ensinar e pelo amor que sempre me deu. Te amo muito. Nunca te esquecerei...



## AGRADECIMENTOS

A minha amada **mãe**, guerreira e companheira. Inspiração em todos os momentos da minha vida.

Ao meu querido **pai**, pelo apoio e compreensão incondicionais.

A minha **avó Almerinda Nery** e a meu **avô Zezinho** (*in memoriam*). Paixões da minha vida....

A minha grande amiga **Roseli Rêgo**, pela ajuda e incentivo nos momentos mais difíceis.

A **Socorro Colla**, que gentilmente se dispôs a corrigir este trabalho.

Ao meu orientador, **Fredie Didier**, pelo incentivo constante e pela valiosa contribuição na consecução desta pesquisa.

A professora **Mônica Aguiar**, pela colaboração e disponibilidade na concretização deste trabalho.

Aos meus adorados tios **Aécio Nery** (*in memoriam*), **Tânia Nery**, **Leninha Nery**, **José Nery**, **Lucinha Nery**, **Lêda Nery**, **Fernando Nery**, **Tida Nery** e **Nêm**.

Aos meus priminhos do coração **Allan**, **Bia**, **Karol**, **Anderson**, **Egon**, **Jó**, **Kelly**, **Rubinho Nery**, **Any**, **Jucy**, **Jamilli**, **Fred**, **Jaqueline**, **Eliane**, **Vânia**, **George**, **Beto**, **Luciano Costa**, **Ede**, **Dico**, **Fernandinho**, **Mariana**, **Taís**, **Alice**, **Achilles**, **Mateus**, **Emily**, **Vinícius** e **Júlia**.

A **Paulo Souza**, por fazer parte de minha vida.

A minha **dinda Dôra**, por tudo e sempre.

Aos amigos, colegas e mestres que cultivei ao longo do curso de mestrado.





## RESUMO

Trata-se de dissertação que tem como propósito fundamental o exame da tutela específica dos direitos da personalidade, legitimada pelo art. 12 do Código Civil, art. 461 do Código de Processo Civil brasileiro e pelo art. 1.º, inciso III da Constituição Federal. Para isso, foi necessário enfrentar algumas questões prévias. O primeiro passo a ser dado, abrange aspectos relacionados ao direito da personalidade e sua relação com a nova sistemática do direito civil-constitucional. Posteriormente, verificam-se os aspectos relativos às várias técnicas ou medidas processuais voltadas à consecução de uma proteção efetiva dos direitos da personalidade, através da obtenção de uma tutela específica de tais direitos. Outra situação abordada, diz respeito à tutela jurisdicional e as suas diversas acepções. Ademais, concluindo-se pela prioridade da tutela específica em contraponto a subsidiariedade da tutela ressarcitória pelo equivalente monetário. Por fim, examinam-se as formas de tutela admissíveis na proteção dos direitos personalíssimos, frente às inovações introduzidas pelo art. 12 do Código Civil de 2002, albergado pelo art. 461 do CPC. A pesquisa conclui pela aplicabilidade da tutela específica, para as hipóteses de decisões que resguardam os direitos de cunho não-patrimoniais da personalidade, em suas três espécies: tutela inibitória, tutela reintegratória e tutela ressarcitória na forma específica.

**Palavras-chave:** direitos da personalidade; tutela dos direitos; tutela específica; técnicas processuais; dignidade da pessoa humana; direitos fundamentais subjetivos.





## ABSTRACT

This dissertation aims essentially to examine the specific protection of the rights of personality, legitimized by the Article 12 of the Civil Code, by the Article 461 of the Brazilian Civil Procedure Code and the Article 1, Item III of the Federal Constitution. In order to do this, it was necessary to face some preliminary issues. The first step to be taken comprehends aspects related to the right of personality and its relation with the new systematic of the civil constitutional law. Subsequently, it will be verified the aspects of the many procedural techniques or measures aimed at attaining effective protection of the personality rights, by obtaining a specific protection of such rights. Another situation addressed here concerns the jurisdictional protection and its several meanings. Afterwards, it is shown that the specific protection should be prioritized and the refunding protection applied secondarily. Finally, it will be examined the forms of protection allowed in the protection of the very personal rights, in the presence of the innovations introduced by the Article 12 of the Civil Code of 2002, hosted by the Article 461 of the Civil Procedure Code. This research concludes electing the suitability of the specific protection for the cases of decisions which enshrine the rights of personality of non-property nature in its three kinds: inhibitory protection, trusteeship protection and refunding protection in the specific form.

**Keywords:** rights of personality, protection of rights, specific protection, procedural techniques, human dignity, subjective fundamental rights.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

abr. - abril ago

– agosto art. –

Artigo arts. –

Artigos

atual. - atualizado

CC - Código Civil

CC/16 – Código Civil Brasileiro de

1916 CC/02 – Código Civil Brasileiro

de 2002 c/c – combinado com

CDC – Código de Defesa do Consumidor

Cf. - Conferir

CF/88 – Constituição Federal de 1988

cit – citação

coord. – coordenador

CPC – Código de Processo

Civil dez. – dezembro

E. - Egrégio

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ed. – edição

etc. - *et cetera*

ex. – exemplo

fev. - fevereiro

inc. – inciso

incs. – incisos

j. – julgado

jan. – janeiro

jul. – julho

jun. – junho

mar. – março

Min. – Ministro

n. – número



n.º - número

nov. – novembro

org. – organizador

out. - outubro

p. – página

rel. – relator

RE – recurso extraordinário

Resp. – recurso especial

rev. - revista

RT – Editora Revista dos  
Tribunais set. – setembro

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de

Justiça ss. – seguintes

t. – tomo v.

- volume



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>DIREITOS DA PERSONALIDADE</b>	Erro! Indicador não definido.
2.1	CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.1.1	O panorama e a estrutura do Código Civil Brasileiro de 1916	Erro! Indicador não definido.
2.1.2	A nova tábua axiológica imposta pelo Texto Constitucional de 1988	Erro! Indicador não definido.
2.2	OS DIREITOS DA PERSONALIDADE	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2.1	Personalidade jurídica: da noção clássica à concepção atual	Erro! Indicador não definido.
2.2.2	Noções gerais e conceituais dos direitos da personalidade	Erro! Indicador não definido.
2.2.3	A personalidade humana: dogma fundamental do Direito Civil	Erro! Indicador não definido.
2.2.4	Princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade: o art. 1º, III da Constituição Federal	Erro! Indicador não definido.
2.2.5	Natureza jurídica dos direitos da personalidade	Erro! Indicador não definido.
<b>3</b>	<b>SISTEMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE</b>	Erro! Indicador não definido.
3.1	AS TÉCNICAS PROCESSUAIS	Erro! Indicador não definido.
3.1.1	Considerações preliminares	Erro! Indicador não definido.
3.1.2	Os provimentos jurisdicionais e a proteção dos direitos da personalidade	Erro! Indicador não definido.
3.1.2.1	Deficiências da classificação trinária clássica	Erro! Indicador não definido.
3.1.2.2	A teoria quinária	Erro! Indicador não definido.
3.1.2.2.1	<i>Sentença mandamental</i>	Erro! Indicador não definido.
3.1.2.2.2	<i>A sentença executiva</i>	Erro! Indicador não definido.
3.1.2.3	A “nova” sentença condenatória. “Retorno” à classificação ternária?	Erro! Indicador não definido.



<b>3.1.3 Os meios executivos</b>	Erro! Indicador não definido.
3.1.3.1 As medidas necessárias	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.1.3.2 Medidas coercitivas	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3.2 TUTELA ESPECÍFICA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3.2.1 A tutela jurisdicional</b>	Erro! Indicador não definido.
3.2.1.1 Tutela jurídica e tutela jurisdicional	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.2.1.2 Acepções sobre a tutela jurisdicional	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.2.1.3 Tutela jurisdicional diferenciada	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3.2.2 A tutela específica</b>	Erro! Indicador não definido.
3.2.2.1 A prioridade da tutela específica	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.2.2.2 O resultado prático equivalente	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.2.2.3 O alcance do art. 461 do Código de processo Civil na proteção dos direitos da personalidade	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.2.2.4 As inovações do art. 12 do Código Civil	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3.2.2.4.1 Generalidades</b>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<b>3.2.2.4.2 As inovações</b>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<b>3.2.2.4.3 O ilícito e o dano</b>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<b>3.2.2.4.4 Tutela inibitória</b>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<b>3.2.2.4.4.1 Casuística da tutela inibitória</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3.2.2.4.5 Tutela reintegratória</b>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<b>3.2.2.4.6 Tutela ressarcitória na forma específica</b>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<b>4 CONCLUSÃO</b>	<b>15</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>17</b>
<b>ANEXO 1 – TUTELA INIBITÓRIA</b>	<b>29</b>
<b>ANEXO 2 – TUTELA REINTEGRATÓRIA</b>	<b>175</b>
<b>ANEXO 3 – TUTELA RESSARCITÓRIA ESPECÍFICA</b>	<b>200</b>

